



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO PIAUÍ

Relatório do Seminário 2

Produto 6 - Tomo I - Revisado 2

Dezembro | 2013



# PRODUTO 6

## RELATÓRIO DO SEMINÁRIO 2

tem por objetivo harmonizar e sintetizar os resultados apresentados nos produtos 4 e 5, refletindo o processo de discussão técnica com atores-chave relevantes, tendo como resultado a definição da carteira de projetos estratégicos componentes do PDES/PI, levando em consideração seu rebatimento territorial e aspectos ambientais.

## SUMÁRIO

### **Tomo I**

ÍNDICE DE QUADROS .....	3
ÍNDICE DE FIGURAS .....	4
INTRODUÇÃO .....	5
1.0 Seminário 2 no contexto geral do Plano.....	7
2. Resultados gerais do S2 – Carteira de Projetos .....	9
2.1 Carteira de projetos.....	10
2.1.1 Cultura.....	10
2.1.2 Educação .....	11
2.1.3 Turismo .....	12
2.1.4 Mineração.....	13
2.1.5 Agronegócio .....	14
2.1.6 Energias renováveis .....	16
2.1.7 Infraestrutura de logística e transportes .....	17
2.1.8 Programas Associados .....	19
3. Interfaces entre os Projetos e Diretrizes .....	21
3.1 Possíveis alterações na composição os segmentos .....	21
3.2 Interfaces e conflitos entre os segmentos.....	22
3.2.1 Agronegócio .....	22
3.2.2 Turismo .....	23
3.2.3 Mineração.....	24
3.2.4 Infraestrutura .....	24
3.2.5 Energias Renováveis .....	24
3.3 Diretrizes para o Plano – questões transversais .....	24
3.3.1 Regularização Fundiária .....	24
3.3.2 Desenvolvimento Institucional .....	25
3.3.3 Processo participativo .....	25
ANEXOS .....	26
Anexo 1 Registro Fotográfico	
Anexo 2 Lista de Presença	

### **Tomo II**

Anexo 3 Apresentações Realizadas – Primeiro dia 28/11/2013

### **Tomo III**

Anexo 3 Apresentações Realizadas – Segundo dia 29/11/2013

## INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Segmentos econômicos priorizados na carteira de negócios e aqueles alvos de formulação de políticas públicas.....	7
Quadro 2 – Sugestão de composição dos conteúdos das carteiras de negócios e das políticas públicas .....	22

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Visão de Futuro do Piauí 2050 ..... 6

## INTRODUÇÃO

“Quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas potencialidades, e ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou, produz-se o que chamamos *desenvolvimento*. Este somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se fundem na coletividade.” (FURTADO, 1999, p. 47)<sup>1</sup>

A visão de futuro para o estado do Piauí se expressou no primeiro seminário – S1, realizado em Teresina – O Piauí que queremos – 2050. Essa visão do futuro para o Piauí, expressa pelos atores sociais, econômicos e políticos é de um estado interligado por infraestrutura de logística e transportes, com tecnologia e capacidade produtiva em uma economia que agrega valor. Será formada com o fortalecimento da agroindústria, da agricultura familiar, da mineração, do turismo e com produção fontes renováveis de energia, distribuindo de forma equitativa os benefícios de seu desenvolvimento com força de trabalho empregada e bem formada.

Será uma sociedade, cujo desenvolvimento se dará de forma sustentável, forjada em processos de planejamento participativo e um setor público equilibrado e eficiente, baseado em processos de trabalho com foco em resultados e com controle social.

Essa visão de futuro reflete-se no conjunto de segmentos produtivos estratégicos priorizados. Nesse conjunto se destacam grandes investimentos alguns dos quais, já praticamente, realidade no estado – estão previstos ou já vem ocorrendo – como o agronegócio no cerrado, a mineração no semiárido e a produção de fontes de energia renovável, em especial a energia eólica; o setor de turismo, os setores de infraestrutura e logística e os setores de educação e cultura.

Além desses segmentos estratégicos, o PDES estabelece um conjunto de programas associados, onde se projetam amplas políticas públicas visando o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais, que tem dentre os seus principais elementos, a Agricultura Familiar, bem como os programas de ciência e tecnologia.

Em resumo, a visão de futuro do Piauí, extraída do Seminário – S1, se expressa como:

---

<sup>1</sup> Furtado, Celso. A Economia Global, 1999.

Figura 1 – Visão de Futuro do Piauí 2050

## O PIAUÍ QUE NÓS QUEREMOS EM 2050

Um Piauí desenvolvido com sustentabilidade econômica, política, cultural, ambiental, social e melhor estruturado em todos os aspectos.

- Que valoriza o pequeno produtor rural e sua produção;
- Turismo pujante e gerador de emprego e renda *preservando as* belezas naturais, *apoiado na* hospitalidade do piauiense, *explorando* a gastronomia regional e o sol o ano inteiro;
- Com investimentos em ciência, tecnologia e inovação;
- Um estado dotado de infraestrutura de energia, logística de transportes, comunicação e mão de obra suficiente para instalação de empreendimentos produtivos em qualquer parte do território.
- Fomento ao agronegócio como gerador de renda, de emprego e num projeto integrado a economia Piauiense.
- Com o Piauiense participando empresarialmente em grandes projetos.

Com o intuito de “harmonizar e sintetizar os resultados apresentados nos Produtos 4 e 5, refletido o processo de discussão técnica com atores-chave relevantes”, este relatório apresenta, de forma sistematizada, as reflexões em torno das carteiras de projetos apresentadas pelos especialistas, bem como, os avanços obtidos para o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí – PDES, a partir do Seminário S2, realizado em 28 e 29 de novembro.

Nesse sentido, o presente relatório se organiza da seguinte forma: Além desta introdução a seção 2 apresenta os Seminário S2 no contexto geral do PDES, os avanços até aqui ocorridos e os passos futuros para a conclusão do Plano. A seção 3 discute os resultados do Seminário, as necessidades de mudanças identificadas e as linhas gerais das carteiras de projetos apresentadas. A seção 4, apresenta as interfaces entre os diversos segmentos e suas carteiras de projetos, levando em consideração a visão de futuro para o Estado do Piauí, sistematizada a partir do Seminário S1. Uma seção 5, de considerações finais, destaca os principais aspectos e conclusões.

## 1. O SEMINÁRIO 2 NO CONTEXTO GERAL DO PLANO

Essa visão de futuro projetada a partir do Seminário S1 e depois discutida nos encontros regionais em todos os Territórios de Desenvolvimento do estado, traz para o Seminário S2, a composição dos segmentos estratégicos e programas associados, baseados nas grandes potencialidades do estado e nas necessidades de investimento público e privado, sendo organizados através de carteiras de projetos, formuladas por especialistas em cada segmento.

Esse segmentos estratégicos e programas associados elaborados pelos respectivos especialistas se apresentam, conforme identificado a seguir:

**Quadro 1 – Segmentos econômicos priorizados na carteira de negócios e aqueles alvos de formulação de políticas públicas**

Segmentos estratégicos priorizados:	Apresentação dos encaminhamentos em relação aos Programas Associados:
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agronegócio</li> <li>▪ Energias Renováveis e Gás</li> <li>▪ Turismo</li> <li>▪ Educação</li> <li>▪ Cultura</li> <li>▪ Mineração</li> <li>▪ Infraestrutura de Transportes e Logística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa de Apoio e Fomento à Pequena Produção e ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL).               <ul style="list-style-type: none"> <li>– Agricultura familiar e pequena produção agropecuária (hortifrutigranjeiros, apicultura, ovinocaprinocultura, psicultura, cajucultura, fruticultura irrigada etc.);</li> <li>– Clusters produtivos (confecção, pequena manufatura, jóias semi-preciosas, artesanato etc.); e</li> <li>– Extrativismo vegetal (carnaúba, babaçu, insumos fármacos etc.).</li> </ul> </li> <li>▪ Programa integrado de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&amp;I) aplicado ao desenvolvimento produtivo do Piauí.</li> </ul>

A etapa anterior no processo de desenvolvimento do plano estabeleceu as Macrotendências de investimento produtivo e em infraestrutura nos segmentos estratégicos (P2) e se concluiu com o relatório de Análise de oportunidades de investimentos nos segmentos estratégicos (P3).

O seminário S2, agora realizado, conclui a etapa 3 do PDES, através da apresentação da carteira de projetos prioritários (P6) e da reunião (R5), a ser realizada. Assim este seminário sistematiza o painel de projetos estratégicos nos segmentos prioritários (P4), com a apresentação da carteira de projetos em cada segmento, bem como, dos mapas das áreas de produção econômica e de proteção ambiental (P5).

A continuidade da elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí se dá na etapa 4, com a análise da articulação entre as atividades-chave e a indicação de possíveis impactos socioeconômicos e socioambientais, cujo resultado será a versão preliminar do Plano de desenvolvimento econômico sustentável (P7 versão preliminar).

Posteriormente, ainda na etapa 4 se realiza a análise da pré viabilidade econômica da carteira de projetos e a definição de diretrizes para Parcerias Público-Privadas – PPP **(P8)** e a formulação do Plano de desenvolvimento econômico-sustentável em sua versão final **(P9)**

Essa etapa posterior e a plena consolidação do PDES, pressupõe a análise dos principais elementos apresentados pelos especialistas no Seminário S2, em relação à carteira de projetos, bem como refletir sobre os principais questionamentos dos atores participantes do seminário, surgidos ao longo dos debates.

Tais questionamentos podem levar inclusive a novas definições dos segmentos estratégicos e suas carteiras de projetos. São esses elementos e reflexões que se apresentam na seção a seguir.

## 2. RESULTADOS GERAIS DO S2 – CARTEIRA DE PROJETOS

O Seminário S2 teve como ponto de partida a apresentação e discussão dos condicionantes econômicos mundiais, nacionais e regionais sobre o desenvolvimento do Piauí. Olhar para tais condicionantes significa: *(i)* ter uma visão externa ao Piauí porém conectada aos seus projetos atuais e futuros; *(ii)* esses condicionantes são tendências que se projetam adiante e que podem ou não mudar de curso; *(iii)* deve-se buscar elementos para responder como esses condicionantes podem afetar a consecução dos objetivos do Plano Piauí 2050; e *(iv)* a visão é de longo prazo mas olha-se também o curto prazo pois eles estão interrelacionados.

Não se trata aqui de retomar o rico debate sobre tais condicionantes. A ampla apresentação desse tema está disponível em PowerPoint<sup>2</sup> (ver Anexo), devendo estar acessível a todos os participantes do seminário.

Foram destacados os fatores que estão amadurecendo na realidade atual do Macro Ambiente Mundial, Nacional e Regional capazes de apontar determinadas tendências. Os atores envolvidos na montagem do Plano Piauí 2050 podem identificar esses fatores e definir quais condicionantes são mais relevantes e de desempenho futuro mais incerto, as incertezas-críticas. Finalmente, que estes condicionantes críticos serão insumos para compor os cenários do Plano Piauí 2050, sendo importantes na identificação do que pode constrianger e do que pode impulsionar o desenvolvimento do Estado.

Uma das questões fundamentais para o estado e que o Plano deverá responder é como internalizar renda, como transformar PIB em renda. Para tanto é necessária à geração de emprego, fortalecimento dos fornecedores locais, desenvolvimento educacional, inovação, etc.

Na apresentação sobre os condicionantes ambientais<sup>3</sup> discutiram-se as condições climáticas, as características de relevo e solo, as condições hídricas. Sugere-se o estabelecimento de políticas públicas de ordenamento territorial e ambiental muito claras. Propõe-se também a criação de unidades de conservação estaduais (a maioria é federal). Importante apontar também a segurança hídrica no semiárido (barragem, adutoras transposição, marcos regulatórios), além da segurança hídrica dos aquíferos subterrâneos.

Tais medidas visam fortalecer a capacidade ambiental integrada, na medida em que as questões climáticas, mais do que restrições ao desenvolvimento, podem ser vistas como a possibilidade deste se dar a partir de mecanismos ambientalmente sustentáveis.

Nas conclusões dos trabalhos o conselho técnico<sup>4</sup> fez uma análise buscando identificar os fatores adversos, contrapostos ao desenvolvimento do Estado do Piauí e reforçar os caminhos propostos pelo

---

<sup>2</sup> 131127\_APT\_Condicionantes Econômicos.pptx. Diagonal, 2013.

<sup>3</sup> 131128\_APT\_Recursos Ambientais Condicionantes de Futuro - 2 Seminário. Diagonal, 2013.

<sup>4</sup> 131128\_ Contribuição para UM PROJETO PARA O PIAUÍ, Ramos,P, 2013

PDES. Como no caso da infraestrutura que não deve significar objetivos exclusivos das políticas de desenvolvimento estadual e sim buscar a integração regional. Entretanto buscando que os objetivos dos piauienses sejam contemplados evitando-se que o estado se converta em satélite de sistemas econômicos estaduais hoje mais fortes, implicando em exportação de postos de trabalho, de receitas e de tributos. Apontando para a busca do Piauí para ter infraestrutura de transportes, energia e cultura mais adequados as necessidades dos piauienses.

## 2.1 Carteira de projetos e eixos estratégicos

Aqui se apresentam em linhas bastante gerais as carteiras de projetos que foram debatidas por cada especialista em seu respectivo segmento. Não se apresentarão tais projetos em detalhes, dado que as apresentações dos especialistas estarão à disposição para leitura e análise mais detalhada. De forma bastante resumida são indicados apenas os objetivos e eixos estratégicos de cada proposta e os principais questionamentos apresentados pelos atores presentes nos debates. A ordem aqui apresentada não expressa nenhum critério de importância ou abrangência dos segmentos ou de seus respectivos projetos.

Vale ressaltar a heterogeneidade, tanto em termos de abrangência e objetivos quanto da temporalidade, dos segmentos aqui apresentados. A partir do Seminário 1, em setembro, realizado em Teresina, tanto novos segmentos foram adicionados, quanto foi solicitado um enfoque às questões cruciais do estado a partir da perspectiva de políticas públicas. Este é o caso de Educação. Inicialmente encontrava-se apenas como segmento econômico, mais ligado à capacitação, ao que se convencionou chamar de Capital Humano. No entanto, para que seja possível garantir um fluxo intenso e suficiente de jovens que alimente o processo de qualificação profissional que o Piauí necessitará, para fazer frente a todas as oportunidades presentes no estado, grandes melhorias no Ensino Fundamental e Médio se mostram obrigatórias. Desta forma, o tema Educação passou por novo processo de Diagnóstico (já que não estava presente no P2) e suas proposições, neste momento, são de eixos estratégicos para a atuação das políticas públicas de Educação. O mesmo ocorre para os Programas Associados. Outro tema delicado é o de Cultura. Também inserido a partir do Seminário 1, tem também uma característica muito mais de diretrizes para política pública do que de Carteira de Negócios. Os ajustes necessários às nomenclaturas e processos é indicado na conclusão deste relatório.

### 2.1.1 Cultura

De modo geral, as características da cultura no estado do Piauí são de diversidade de manifestações – hibridismo cultural, transversalidade, disseminação por todos os territórios de desenvolvimento. Por outro lado, o setor de cultura é caracterizado pela carência de financiamento, pela necessidade de capacitação e da ausência de inserção no mercado.

Os eixos estratégicos do projeto baseiam-se na ideia de que a cultura é elemento de identidade e autoestima e seu fortalecimento gera impactos positivos no indivíduo e no grupo social. Além disso, as

peculiaridades culturais podem ser elementos contribuintes para a geração de trabalho e renda. Assim, os eixos estratégicos se caracterizam em ações voltadas para: Cultura e Educação; Cultura, Memória e Identidade; Cultura, Identidade e Autoestima; Cultura, Meio Ambiente e Turismo; Cultura Popular e Entretenimento; Esporte.

Os projetos propostos são: *(i)* Construção de novos equipamentos de esporte e cultura; *(ii)* Abordagem de temas de cultura no ensino regular; *(iii)* Aproveitamento de recursos públicos e privados, *(iv)* Resgate e valorização da cultura local.

Em relação às questões apresentadas no debate, a mais relevante é a preocupação com o desenvolvimento da cultura no Piauí, que não tem um órgão capaz de organizar tal tema no estado, além de a FUNDAC não ter recursos. Propõe colocar no plano a reestruturação da secretaria da cultura, além de um programa de formação de gestores nas casas culturais.

### 2.1.2 Educação

O conceito fundamental abordado aqui é o de “Capital Humano”, voltando-se para programas que levem: ao aumento da produtividade; ao fortalecimento da competitividade; à empregabilidade; e ao aumento de renda pelo trabalho, através de diferencial competitivo, cultivo de talentos, formação de lideranças empresariais e do Estado e mão Mão de obra especializada.

São elementos essenciais para o alcance de tais objetivos, educação básica de qualidade, diversificação da oferta de cursos técnicos e de formação profissional, atualização permanente de conteúdos, perícias e habilidades e sintonia com a economia do Estado e do mercado de trabalho.

Nesse sentido são desafios estratégicos para o Piauí 2050: *(i)* Acelerar a melhora dos padrões de escolarização; *(ii)* Melhorar a qualidade, aprendizado efetivo dos estudantes, do ensino básico, em particular do ensino fundamental e médio; *(iii)* Fortalecer e articular o ensino técnico no Estado; *(iv)* Diversificar e fortalecer a formação profissional; *(v)* Aproximar a formação do mercado, dos potenciais e dos existentes; *(vi)* Aumentar o percentual de pessoas com ensino superior; e *(vii)* Mapear novas oportunidades de mercado de trabalho, novas demandas para a formação profissional e parcerias para pesquisas estratégicas - territórios de oportunidades.

Assim, alguns projetos (não como carteira de projetos, mas enquanto conjunto de atividades necessárias para se alcançar um objetivo, neste caso, os desafios apontados acima, necessitando, portanto, de definição de público-alvo, abrangência, origem de recursos, responsabilidades, prazos, metas, indicadores, etc.) específicos são sugeridos, dentre outros:

- Criar instâncias de diálogo entre instituições representantes dos setores produtivos e do ensino profissional, técnico e superior, de todas as redes que ofertam cursos.
- Estabelecimento de parcerias com empresas privadas para implementar uma política de estágio profissional remunerado para jovens do ensino técnico, profissional e superior do estado, de todas as redes.

- Corrigir os problemas de fluxo educacional e qualidade no ensino básico.
- Incentivar cursos tecnológicos diversos.
- Criar instâncias de articulação e troca de informações das instituições de ensino superior e representantes dos setores produtivos do Estado.

Uma série de questões foi apontada relativa ao quadro geral da educação no estado e a necessidade de seu desenvolvimento. Algumas questionam o modelo de gestão a ser adotado, se pela iniciativa privada ou pelo setor público. Outra questão relevante em relação à educação se refere à Educação de Jovens e Adultos – EJA, sugerindo que ela seja combinada com a educação profissional, através de uma grade curricular precisa. Outras questões se apresentam como a qualificação da gestão pública, o que vale tanto para a educação como para outros temas.

### 2.1.3 Turismo

O setor de turismo tem amplas possibilidades no estado, porém se trata de um setor ainda muito pouco explorado, recebendo apenas 2% do turismo doméstico (MTUR e FIPE, 2012)<sup>5</sup>, além de ter pouca relevância no turismo internacional, com poucos desembarques internacionais no estado.

Apesar de todos os seus atrativos naturais e culturais, o setor depende de melhor infraestrutura de energia e transportes, tem limitada estrutura de serviços e equipamentos, como transporte, hospedagem, agenciamento e outros – apresenta dificuldades de acesso e deficiência quali e quantitativa.

Como eixo estratégico, o projeto procura determinar o volume de investimentos em meios de hospedagem e em outros equipamentos privados de turismo que o Piauí é potencialmente capaz de atingir até 2050, considerando que:

- Os polos emissores de turismo têm contextos estáveis;
- Condições de infraestrutura básica são necessárias, mas não suficientes, para o desenvolvimento do turismo;
- O Piauí será progressivamente melhor dotado de infraestrutura básica;
- A infraestrutura/ equipamentos turísticos, também necessários, serão progressivamente melhorados com o decorrer do tempo;
- No turismo de negócios, são medidas as unidades habitacionais turísticas x PIB Per capita;

---

<sup>5</sup> MTUR – Ministério do Turismo. FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. 2012. *Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil 2010-2011*. Relatório executivo – Produto 6. Principais resultados selecionados. Documento em pdf. Disponível em: [http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda\\_turistica/downloads\\_demanda/Demanda\\_domxstica\\_-\\_2012\\_-\\_Relatxrio\\_Executivo.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/downloads_demanda/Demanda_domxstica_-_2012_-_Relatxrio_Executivo.pdf). Acesso em: nov. 2013.

- No turismo de lazer:
  - Atrativos principais são os potenciais geradores de fluxo turístico
  - Efeitos de preferência de atrativos principais são parcialmente controláveis e positivos para o Piauí
  - Quantidade e qualidade dos atrativos complementares influem na permanência média da viagem, mas não no fluxo turístico em si
  - Os atrativos principais são o componente essencial da vocação e imagem do destino

Definem-se os seguintes projetos (calculados pela Consultoria de acordo com metodologia apresentada no P4):

- Projeto: meios de hospedagem: Investimento em 4.158 unidades habitacionais turísticas em meios de hospedagem de categoria, porte e segmentos turísticos variados, ao custo estimado de R\$ 689 milhões até 2050;
- Projeto: estabelecimentos de alimentação: Investimento em 7.149 assentos em restaurantes turísticos de categoria, porte e segmentos turísticos variados, ao custo estimado de R\$ 192 milhões até 2050.

#### 2.1.4 Mineração

O especialista em Mineração demonstra as possibilidades do setor no estado, que ultrapassam o minério de ferro, sendo estimados setores como agrominerais, não metálicos, metálicos, gemas. São identificados para cada grupo as principais possíveis localizações no estado, estimativas de investimentos necessários, empregos diretos e indiretos estimados, além dos possíveis tributos, que se concentrarão em ISS e ICMS, além da CFEM. Os eixos estratégicos se baseiam no conhecimento básico do setor mineral – gerando resultados a médio e longo prazo e a participação de empreendimentos por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Alguns aspectos importantes foram destacados. Além das amplas potencialidades do minério de ferro, na região do município de Paulistana, com investimentos previstos e estimativas de geração de impostos e de empregos diretos e indiretos, destaca-se a importância dos agrominerais, principalmente, fosfato e potássio, essenciais para a produção de insumos para o agronegócio. Além disso, há potencialidades na produção de calcário, também insumo para o agronegócio, além da construção civil.

Alguns minerais merecem estudos mais detalhados, com análise mais criteriosa de suas potencialidades como níquel com reservas inferidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em 2010 de 776 toneladas no município de Capitão Gervásio Oliveira, mas com grandes potencialidades em outros municípios e regiões. Outro mineral que merece destaque é o cobre apesar de não haver apontamentos de reservas no estado novas pesquisas apontam a provável existência deste mineral associado tanto ao ferro quanto ao níquel. Destaca-se finalmente, a importância da opala com ocorrência em Pedro II, com uma

reserva medida pelo DNPM (Anuário 2010) de 242 toneladas, sobretudo pelo seu papel no desenvolvimento de atividades locais e aspectos culturais. A potencialidade desse setor será objeto de análise mais aprofundada no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais – APLs

Mereceram destaques por parte dos atores presentes ao seminário a abrangência dos possíveis minerais com possibilidades, muitos até então não claramente dimensionados em sua importância. Além disso, destacaram-se os agrominerais que representam possibilidades de expansão produtiva com fortalecimento de negócios dentro do estado, como no caso do fosfato e potássio e sua importância para o agronegócio ou o calcário, importante tanto para o agronegócio como para a construção civil.

O questionamento mais relevante foi em relação à presença de agregados para a construção civil, não apontada dentre os minerais identificados pelo especialista. A resposta do especialista é que agregados para a construção civil são minerais rentáveis, bastante disseminados, mas que não dependem de grandes investimentos, tecnologias ou políticas públicas. Cabe neste caso, melhor regulação.

### **2.1.5 Agronegócio**

O conceito adotado aqui é a caracterização do agronegócio como os setores de produção em larga escala, inserida no mercado internacional, que no caso do estado se dá na produção de soja, milho, cana e algodão.

Produção de frutas e outros produtos caracterizados pela produção através de agricultura familiar, também podem se caracterizar como negócios agropecuários lucrativos, mas esses setores merecem tratamento específico no âmbito dos programas associados, em especial no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais.

Para cada tipo de produto do agronegócio é apresentada a área ocupada, o nível de produção, produtividade, as tabelas de crescimento da produção entre os períodos de 2007/2008 e 2012/2013, bem como estimativas de geração de empregos.

Os Eixos estratégicos para o setor são:

- Partindo-se de uma área estimada do cerrado piauiense com potencial de uso de cerca de 4-5 milhões de ha, é importante tentar buscar estabilização da produtividade (na medida do possível, dadas as variações climáticas).
- A capacidade de absorção da produção na própria região é baixa, mas é interessante buscar algumas estratégias de agregação de valor ao processo (a jusante e a montante). Aqui se indicam as possibilidades de investimento em tecnologia, visando o aumento da produtividade, além da formação de força de trabalho especializada. Também são possíveis agregação de valor após o processo produtivo, com a atração de empresas de processamento.

- Alguns elementos merecem tratamento de caráter estratégico, como a solução para a questão fundiária, essencial para os investimentos voltados ao aumento da produtividade da terra dado que a não regularização da propriedade da terra, muito comum em algumas regiões, impede o acesso a mecanismos oficiais de financiamento (consequentemente mais baratos) impactando negativamente nos preços praticados.
- A viabilidade da exportação depende de amplos investimentos de infraestrutura de logística e transportes. Esses investimentos em infraestrutura possibilitariam atender não somente o estado do Piauí, mas também grande parte da produção da região de MAPITIBA, não apenas para a exportação de grãos, mas também produtos beneficiados, como óleos, etc.
- É importante, finalmente, buscar culturas de ciclo curto e resistentes à seca, em especial nas tentativas de 2ª cultura do ano ou a safrinha (milheto pode ser boa opção, assim como o girassol após a cultura da soja e do milho)

Diversos comentários e observações foram acrescentados durante os debates. Mas merecem destaque, fundamentalmente, os questionamentos sobre a ausência da agricultura familiar como projeto estratégico específico, além de sua possível contradição com a expansão do agronegócio.

As respostas a tal questionamento, tanto do pesquisador especialista na área como dos coordenadores do seminário procuraram esclarecer os seguintes aspectos:

- São, de fato, diferentes atividades com diferentes impactos em termos de geração de emprego e renda, bem como, impõem diferentes políticas públicas;
- Porém, não há contradição entre Agronegócio e Agricultura Familiar, trata-se de um falso paradoxo, pois há no estado espaço para ambos os segmentos;
- Além de seus espaços de mercado serem distintos, as características de ocupação da terra também diferem substancialmente. A produção em grande escala de grãos ocupa grandes extensões nos platôs dos cerrados, possibilitando o uso de grandes equipamentos, enquanto a agricultura familiar ocupa os vales, em geral próximos aos rios, com possibilidades de produção em pequenas propriedades;
- A Agricultura Familiar é, sim, tratada como elemento estratégico no desenvolvimento sustentável do Piauí, seja pelas potencialidades de seus produtos no mercado nacional e internacional, seja pelos seus impactos em termos de geração de emprego e renda, além da necessidade de políticas públicas específicas.
- Trata-se de um dos principais segmentos dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, cujo tratamento no âmbito do PDES se dá como parte dos programas associados, cujos projetos estão em fase de desenvolvimento.

### 2.1.6 Energias renováveis

Uma ampla apresentação pelo especialista do segmento identifica as características da oferta e demanda de energia e de suas diferentes fontes e vetores. Também se apresenta um rico conjunto de dados e conceitos visando à projeção de tendências para a oferta e demanda de energia, considerando distintos cenários de desenvolvimento social, aqui adotado como principal indicador a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Piauí.

Além disso, se apresentam as tendências de oferta e investimentos necessários para a produção de energia eólica, fotovoltaica, bioenergia e termelétricas. A carteira de projetos, porém prioriza a energia eólica, no semiárido, a bio energia através da cana-energia nos cerrados e termelétrica a gás natural no meio norte.

A energia fotovoltaica, com suas experiências internacionais de produção, indicadores e projeções, se apresenta não como projeto de curto e médio prazo, mas como potencialidade futura, em função, de um lado, da evolução da tecnologia e dos custos para sua produção e, de outro, das imensas potencialidades do estado, dadas as suas condições climáticas.

Quanto à energia eólica, esta se apresenta como uma fonte extremamente promissora no Brasil e no mundo e, em especial no estado do Piauí. Tanto que já há grandes projetos e investimentos em andamento, principalmente no semiárido. Essa produção pode se dar no semiárido, pois não conflita com a atividade agropecuária, além de poder-se evitar a sua expansão no litoral e, conseqüentemente, os possíveis conflitos com as atividades de turismo.

Dentre os apontamentos, a principal questão está associada à energia solar, que segundo alguns atores participantes do seminário, o que se questiona é a ausência dessa fonte de energia na carteira de projetos estratégicos.

Em resposta, se reforçam os seguintes elementos em relação à energia fotovoltaica:

- Essa fonte de energia compõe a carteira de projetos, mas não se apresentam neste momento, estimativas de produção e investimento necessário dado o estágio atual da tecnologia disponível e seus custos;
- A instalação de parques fotovoltaicos, além de seu conflito com o uso da terra, leva a uma oferta de energia intermitente e impõe tecnologias, condições e custos ainda pouco viáveis;
- Assim, trata-se de uma alternativa a ser considerada no futuro, reconhecendo-se as grandes potencialidades do estado, mas ainda necessitando de avanços tecnológicos de forma a torna-la competitiva enquanto solução sistêmica, o que muito provavelmente deverá ocorrer nos próximos 10 ou 15 anos;
- O estado tem tamanho potencial que pode-se imaginar que seja possível que cada residência se torne uma unidade autônoma de energia elétrica de origem fotovoltaica, se se implantassem células fotovoltaicas em cada uma delas. Porém não haveria oferta de energia no período noturno e uma certa intermitência durante o ano. Uma alternativa seria de as

distribuidoras poderem transferir energia fotovoltaica para as atividades sociais e econômicas durante o dia e fornecer, através de outros vetores, a energia residencial durante a noite. Isso, entretanto, além de avanços em termos de custo, tecnologia etc. exigiria mudanças de cultura, com novas formas de gestão, regulação e governança. Ou seja, esta alternativa demanda ainda muito avanço, em diferentes frentes, por isso não foi apontada como prioritária para o Piauí nos próximos anos.

### 2.1.7 Infraestrutura de logística e transportes

Partindo do paradigma clássico do planejamento de transportes e logística: Modelo das quatro etapas: geração, distribuição, divisão modal e definição de percursos; olhar o passado e o presente e tentar prever o futuro; e providenciar oferta para suprir demanda futura – o especialista em infraestrutura apresenta elementos para os cinco modos básicos de transporte: rodoviário, ferroviário, aquaviário, aéreo e dutoviário.

Destaca-se a associação de grupos de produtos com os modais ferroviário e hidroviário se dá para os complexos de produção de soja, milho, minério de ferro, produtos siderúrgicos e combustíveis, produtos da indústria automobilística, pois: *(i)* são produtos geradores de grandes volumes de transporte; *(ii)* têm produção e/ou consumo concentrados em locais ou regiões identificadas; *(iii)* têm como característica física grande grau de homogeneidade na maior parte das regiões onde são produzidos; *(iv)* têm características que permitem a utilização de transporte multimodal para sua movimentação; *(v)* utilizam equipamentos de transporte a eles adaptados, permitindo ocupação total de sua capacidade.

Em resumo, em termos de infraestrutura, o estado é cortado por grandes infraestruturas de transporte, porém apresenta fraca integração longitudinal. Há fortes perspectivas de crescimento da produção de grãos a sudoeste do estado, além de fortes perspectivas de extração de minério de ferro em Paulistana.

Para a elaboração da carteira de projetos para a infraestrutura, parte-se dos seguintes conceitos-chave:

- Estruturação de uma “coluna vertebral” do Piauí, com capacidade de resposta à Visão para o Piauí;
- Integração com estados vizinhos;
- Porto marítimo com vocação estadual e federal;
- Complexos multimodais estruturantes;
- Hidrovia do Parnaíba navegável de Balsas e Sta. Filomena a Luís Correia;
- Rede de aeroportos internacionais;
- Benefícios e duplicações na rede rodoviária;
- Consolidação de rede de cidades.

De forma mais específica serão definidos para cada modal os seguintes projetos:

- Setor rodoviário
  - Construção de rodoanéis em várias cidades
  - Duplicação/ alargamentos/ melhorias:
    - ✓ Parnaíba- Teresina
    - ✓ Teresina- Quilômetro zero
    - ✓ Quilômetro zero- Picos
    - ✓ Quilômetro zero- Floriano- Bom Jesus
  - Construção da Transcerrado
  - Ligações Transcerrado / BR-135
- Setor ferroviário
  - Reconversão da ferrovia Teresina – Parnaíba – Luis Correia
  - Ligação ferroviária Teresina – Transnordestina
  - Ligação ferroviária Eliseu Martins – FIOLE
  - Ligação ferroviária Eliseu Martins – Ferrovia Norte Sul
- Setor hidroviário
  - Hidrovia Santa Filomena – Teresina
  - Hidrovia Teresina – Parnaíba / Luís Correia
- Setor portuário
  - Porto Luís Correia
  - Retroarea do Porto Luís Correia
- Setor aeroportuário
  - Rede aeroportuária
- Plataformas logísticas
  - Grandes polos intermodais
  - Rede estadual de plataformas logísticas

Alguns apontamentos foram acrescentados pelos presentes ao debate, em relação aos problemas de infraestrutura, referindo-se à navegabilidade do Rio Parnaíba, situação das ferrovias e rodovias, etc., além da necessidade de investimento através de PPPs. Em relação à Hidrovia, ela se constitui num modal importante a ser incorporado ao conjunto da infraestrutura, que permite a redução dos custos médios de frete.

As questões mais relevantes se referem à necessidade de transformação de grãos em produto agregado (farelo, óleo, etc.). Outro questionamento se refere às reais condições da infraestrutura do Piauí atender a toda a região do MAPITOBA, apontando, por exemplo, que o fluxo da soja da Bahia dificilmente virá para o Piauí. Finalmente, considerando os planos de agregação de valor no estado, torna-se fundamental a estruturação de terminais de contêiner em Luis Correia.

Esclarece-se que a infraestrutura proposta não se restringe, exclusivamente, ao escoamento de produtos primários. O complexo de infraestrutura proposto considera também as hipóteses de atendimento às necessidades de escoamento de produtos com maior valor agregado. Em relação aos demais portos da região, é importante notar que suas capacidades vão se esgotando e, portanto o porto de Luiz Correia se apresenta com forte potencial de atendimento das demandas do estado e de setores produtores do MAPITOBA, inclusive transporte de produtos primários que poderão vir a ser beneficiados no estado.

### 2.1.8 Programas Associados

Cada um dos dois programas associados são compostos de um conjunto de projetos (não no sentido da Carteira de Projetos do PDES, mas sim de conjunto de ações constantes de objetivos, metas, definição de recursos, indicadores, responsáveis, etc.): o primeiro se refere ao Programa de Apoio e Fomento à Pequena Produção e ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais e ao Programa de Ciência e Tecnologia Aplicadas ao Desenvolvimento Produtivo do Piauí.

O Programa de Apoio e Fomento à Pequena Produção e ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais inclui: *(i)* Agricultura familiar e pequena produção agropecuária (hortifrutigranjeiros, apicultura, ovinocaprinocultura, psicultura, cajucultura, fruticultura irrigada etc.); *(ii)* Clusters produtivos (confeção, pequena manufatura, jóias semi-preciosas, artesanato, etc.); *(iii)* Extrativismo vegetal (carnaúba, babaçu e insumos fármacos).

O Programa de Ciência e Tecnologia Aplicadas ao Desenvolvimento Produtivo do Piauí inclui: *(i)* Promover a inclusão ativa de pequenos empreendimentos, individuais e coletivos, no processo de desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí, possibilitando a geração de trabalho e renda; *(ii)* Intensificar a participação de instituições estaduais de ciência, tecnologia e inovação no processo de desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí; *(iii)* Agregação de valor aos produtos e serviços oferecidos pelos pequenos empreendimentos individuais e coletivos; *(iv)* Articulação dos atores e das políticas públicas locais, regionais, estaduais e federais visando ao desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí

O trabalho de desenvolvimento dos projetos se divide em 3 fases:

- Fase 1 - Levantamento bibliográfico e documental (nov./dez. 2013)
- Fase 2 - Pesquisa de campo: entrevista com agentes públicos e privados e visitas técnicas (dez./jan.2013)
- Fase 3 - Análise e formulação de propostas (jan./fev./mar. 2013)

E resultará em três produtos:

**Produto 1** – Diagnóstico dos Programas, Instituições e Ações Existentes no Piauí;

**Produto 2** – Proposição de eixos estratégicos e linhas de ação de políticas públicas relacionadas aos dois programas associados;

**Produto Final** – Desenho dos Programas Associados- (a) Programa de Apoio e Fomento à Pequena Produção e ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais e (b) Programa de Ciência e Tecnologia Aplicadas ao Desenvolvimento Produtivo do Piauí.

### 3. INTERFACES ENTRE OS PROJETOS E DIRETRIZES

Este capítulo tem um caráter de conclusão e procura indicar possíveis alterações na composição dos segmentos e programas associados, em função das discussões ocorridas. Um segundo objetivo aqui é apresentar, a partir das apresentações dos especialistas em cada segmento, dos coordenadores do seminário e dos apontamentos surgidos dos atores participantes, as interfaces ou conflitos entre os diversos segmentos, considerando as carteiras de projetos propostas. Finalmente, se apresentam as necessidades de estabelecimento de diretrizes para programas transversais que permitirão o desenvolvimento do Plano em médio e longo prazo.

#### 3.1 Possíveis alterações na composição os segmentos

A partir das discussões dos condicionantes econômicos e ambientais e das apresentações das carteiras de projetos dos segmentos estratégicos e programas associados, pode-se apontar as seguintes sugestões de alterações:

O setor de cultura se caracteriza como um programa mais amplo, cujas bases e processos de implantação se darão através de políticas públicas. Trata-se de um programa associado que envolverá o fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de cultura, de seus mecanismos de financiamento e a implantação de ações que fortaleçam as diversas expressões culturais do estado em todos os seus territórios de desenvolvimento.

O setor de educação apresentado, principalmente, a partir do conceito de capital humano deve ser desmembrado. Uma carteira de projetos deve ser estruturada para a formação e desenvolvimento de Capital Humano. A base de tal carteira, conforme apresentado pelo especialista da área é, de um lado, a articulação com os diversos segmentos econômicos, no sentido de identificar as principais necessidades de formação profissional e, de outro, o estabelecimento de parcerias com órgãos do Sistema "S" e setores privados, no sentido de ampliar e aperfeiçoar os programas de formação profissional.

Os programas públicos voltados ao desenvolvimento e manutenção da educação básica e fundamental podem compor o segmento de Programas Associados, envolvendo, fundamentalmente, mecanismos de financiamento através de fundos públicos. Interfaces entre os dois setores ocorrerão ao longo do tempo, por exemplo, com parcerias entre setores privados e escolas técnicas públicas ou programas públicos de formação profissional para jovens e adultos.

Assim, a composição dos segmentos de apresentaria da seguinte forma:

**Quadro 2 – Sugestão de composição dos conteúdos das carteiras de negócios e das políticas públicas**

Segmentos estratégicos priorizados:	Apresentação dos encaminhamentos em relação aos Programas Associados:
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agronegócio</li> <li>▪ Energias Renováveis e Gás</li> <li>▪ Turismo</li> <li>▪ Capital Humano</li> <li>▪ Mineração</li> <li>▪ Infraestrutura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa de Apoio e Fomento à Pequena Produção e ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL).               <ul style="list-style-type: none"> <li>– Agricultura familiar e pequena produção agropecuária (hortifrutigranjeiros, apicultura, ovinocaprinocultura, psicultura, cajucultura, fruticultura irrigada etc.);</li> <li>– Clusters produtivos (confeção, pequena manufatura, jóias semi-preciosas, artesanato etc.); e</li> <li>– Extrativismo vegetal (carnaúba, babaçu, insumos fármacos etc.).</li> </ul> </li> <li>▪ Programa integrado de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&amp;I) aplicado ao desenvolvimento produtivo do Piauí.</li> <li>▪ Desenvolvimento Cultural.</li> <li>▪ Desenvolvimento da educação básica e fundamental.</li> </ul>

## 3.2 Interfaces e conflitos entre os segmentos

Aqui se identificam as principais interfaces e os possíveis conflitos entre os segmentos. O objetivo é indicar possíveis soluções para encaminhamento por parte da SEPLAN – PI.

Os programas de educação e cultura, mesmo considerando essa nova composição, são transversais e contribuem para o desenvolvimento em todos os segmentos apresentados. O segmento de Capital Humano, da mesma forma, tem interface com todos os segmentos e programas associados, sendo essencial para o desenvolvimento de todas as atividades produtivas do estado e a internalização da renda.

### 3.2.1 Agronegócio

O Agronegócio apresenta interfaces e conflitos. Ele estabelece uma relação com a mineração, cujo desenvolvimento pode atender as demandas de insumos, principalmente, calcário, fosfato e potássio. Assim, além de melhores condições de preço, a renda decorrente dessa parte do setor de mineração permanece no sistema produtivo do estado.

A interface desse segmento com o setor de infraestrutura é também bastante definida. O escoamento da produção em grãos exigirá investimentos em ferrovia e hidrovia, sendo distinto o peso de cada modal no caso de desenvolvimento de projetos de beneficiamento. Aqui vale a inter-relação entre os dois segmentos, no sentido da melhor estimativa de demanda por transportes e prioridades de investimento no médio e longo prazo.

Ou seja, esse setor pode viabilizar os investimentos em todos os modais de infraestrutura. Assim, essa mesma articulação entre o agronegócio e o segmento de infraestrutura vale para as prioridades de investimento no caso do Porto de Luis Correia.

As relações entre as atividades do setor de agronegócio com o Turismo, particularmente turismo de negócios são também claramente identificáveis como apontado pela especialista nesse segmento, que indica a ocorrência bastante incipiente de encontros empresariais.

Finalmente, se destaca a relação entre o agronegócio e o segmento de energias renováveis. Um dos vetores principais de energia renovável é a biomassa. Portanto, além de fornecimento de insumos para uma fonte energia renovável, atendendo a demandas do estado e, eventualmente da região, se constituirá em importante foco de desenvolvimento e internalização da renda.

Durante o Seminário muitas preocupações emergiram em relação a existência de um possível conflito entre o desenvolvimento das atividades do agronegócio e os da agricultura familiar. Foi criticada a ênfase dada, dentro do PDES, à carteira de projetos do agronegócio, em detrimento, na visão de alguns poucos presentes, de ações junto aos segmentos de agricultura familiar. Estas preocupações foram verbalizadas ao longo dos debates tanto dos condicionantes econômicos e ambientais, quanto na apresentação dos segmentos. De fato, buscou-se, nas respostas, evidenciar que isso não se tratava de um conflito de fato, dado que é possível, ao estado, tratar de incentivar ambos os segmentos e regular sua convivência de modo a minimizar possíveis conflitos. A não obrigatoriedade de uma convivência conflituosa é explicada pelas características de cada segmento, seus mercados, processos produtivos etc., conforme já apontado.

Buscou-se, também, chamar a atenção de que sim, a agricultura familiar tem espaço importante no PDES e foi incorporada a pedido do Seminário 1, em setembro, e será tratada como oportunidade de geração de emprego e renda, no âmbito do Programa Associado de Apoio e Fomento à APLs. De todo modo, vale como encaminhamento à SEPLAN, a explicitação e aprofundamento dos conceitos envolvidos e o encaminhamento para a formulação e apresentação de um programa público e específico para a agricultura familiar, como parte dos arranjos produtivos locais e como parte fundamental do desenvolvimento sustentável do estado.

### **3.2.2 Turismo**

Além de relação do Turismo com o agronegócio, já apontado, destaca-se a importância para os investimentos nesse segmento da ampliação da infraestrutura de transportes e oferta de energia.

Um dos conflitos possíveis seria com o segmento de energias renováveis e a produção e energia eólica. A própria carteira de projetos de energia apresentada prioriza a utilização da região do semiárido, sendo inclusive os resultados dos leilões de instalações de parques eólicos se dá nesse território. De todo modo vale um cuidado especial no plano no sentido de garantir a paisagem natural do litoral piauiense, preservando o seu grande potencial turístico.

Finalmente, outro possível conflito, este possivelmente de maior magnitude, pode ser a implantação do Porto de Luis Correia. Aqui também é importante o estabelecimento de medidas de preservação ou

mitigação dos impactos de tal implantação naquele ambiente natural e a preservação na medida do possível, do potencial turístico da região.

### **3.2.3 Mineração**

O segmento de mineração tem interface como já apontado com o agronegócio, dadas as possibilidades de fornecimento de calcário, fosfato e potássio. Tem interface com o Arranjo Produtivo Local destinado à produção de opalas. Além disso será um grande demandante de energia e de infraestrutura de logística e transportes pelo volume de sua produção, seja no minério em estado bruto, seja com o desenvolvimento de setores de beneficiamento.

### **3.2.4 Infraestrutura**

O setor de infraestrutura fornece bases fundamentais para o desenvolvimento de todos os segmentos apresentados e todos os segmentos econômicos e sociais do Estado, com o transporte de passageiros, matérias primas, insumos e produtos finais dentro do próprio estado ou para outras regiões do país. O único conflito, possivelmente, a ser tratado é, como já apontado, com o Turismo, em função da implantação do porto de Luis Correia.

### **3.2.5 Energias Renováveis**

O segmento de energias renováveis também fornece as bases para todos os segmentos apresentados e todos os setores da economia do Piauí. Interage mais diretamente com o setor de agronegócio, demandando produtos para a produção de biomassa. Pode interagir também com a agricultura familiar no semiárido, já que a implantação de parques eólicos não se contrapõe com a utilização da terra para a agropecuária. A única ressalva fica com a interface com o turismo, em função das potencialidades dessa energia no litoral do estado.

## **3.3 Diretrizes para o Plano – questões transversais**

Uma série de aspectos surgiram nos dois seminários, aprofundando-se no Seminário 2, com apresentação dos condicionantes econômicos e ambientais e a apresentação das carteiras de projetos pelos especialistas.

### **3.3.1 Regularização Fundiária**

Uma problemática importante, surgida em diversas oportunidades é a situação fundiária em diversos territórios. Trata-se de uma das bases fundamentais para o desenvolvimento de qualquer das atividades previstas no Plano. Portanto, cabe o encaminhamento de projeto específico para a formulação de um Plano de Regularização Fundiária que contemple os diversos interesses, seja da grande produção agropecuária, das necessidades de investimento em diversos setores, inclusive das atividades relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais.

### **3.3.2 Desenvolvimento Institucional**

Também se apresentou de forma corrente ao longo do seminário a baixa capacidade da gestão pública. Tanto os investimentos e programas públicos necessários ao desenvolvimento do plano, como os mecanismos de regulação impõem a presença de um estado forte e bem organizado. Dadas as condições da maioria dos municípios, a presença de órgãos do estado serão fundamentais para a execução e acompanhamento das diversas ações previstas.

Além disso, a própria articulação de PPPs exige mecanismos públicos de financiamento e de regulação bem estruturados. Outro aspecto é a fragilidade dos entes locais, portanto um programa de desenvolvimento institucional deve contemplar programas de fortalecimento dos poderes locais.

Assim, cabe a sugestão de encaminhamento junto à SEPLAN de um Programa de Fortalecimento Institucional, que apresente projetos de descentralização dos principais organismos envolvidos, projetos voltados à elevação da eficiência e eficácia do setor público, como um todo, além de apoio ao desenvolvimento das capacidades administrativas das prefeituras municipais.

### **3.3.3 Processo participativo**

Também se apresenta como fundamental e até um dos pilares do próprio plano, a sua apropriação pela sociedade, com mecanismos de participação em suas formulação e controle e acompanhamento de sua execução e seus resultados. Essa preocupação já está presente nos órgãos estaduais e na própria elaboração do Plano. Aqui se sugere apenas a manutenção e, quando necessário e possível, aperfeiçoamento de seus mecanismos em todas as etapas dos projetos.

## ANEXOS

Anexo 1. Registro Fotográfico

Anexo 2. Lista de Presença

Anexo 3. Apresentações Realizadas

ANEXO 1

REGISTRO FOTOGRÁFICO

## PRIMEIRO DIA (28/11/2013)

Auditório do TCE antes do início dos trabalhos



### Trabalhos iniciados pelo Secretário de Estado do Planejamento Cezar Fortes



### Apresentação feita pelos consultores





### Apresentações setoriais do PDES: Educação, Cultura e Turismo





### Apresentações setoriais do PDES: Agronegócio, Mineração e Energias Renováveis e Gás





Créditos: Paula Amaral / SEPLAN

## SEGUNDO DIA (29/11/2013)

### Apresentação Setorial do PDES: Infraestrutura e Logística



### Síntese das discussões e reflexão sobre os programas associados do PDES





Fechamento dos trabalhos



ANEXO 2

LISTA DE PRESENÇA

## Lista de Presença: Educação - Cultura - Turismo

Jandirino de I Bezerra Lourenço FUNDAC  
 Raimundo Soares Cavalcanti (Dico) FUNDAL  
 Maria de Fatima Aquino Matos - CERRO/DIAGONAL  
 Jose Luis Lopes Araújo/UFPI  
 Ivanaldo Ribeiro de Moura - IFPI  
 Cláudio Roberto de Melo - UESPI  
 Christiano Prodo Nascimento - SEDUC - Parnaíba  
 Cíntia Afedeiro Silva - SEDUC/TERESINA.  
 Maria Eunice Cardoso de Araújo - SEDUC/Parnaíba  
 Naysa Leandro Batista - UESPI  
 Maria do Rosário Figueira de Freitas Sobrinho - SEDUC-PI  
 Jandirino Gomes Neto - APPM  
 Aécio Cruz Mendes - Prefeitura de Benedictino  
 Pedro Farias da Lima  
 Geuzinha de Jesus Rocha Vitorino Herculano - Prefeitura Uruçui  
 Juremair, Lygia Barbosa - Instituto Socioeconômico - UFPI - Teresina.  
 Charrelle M. Lemos Dóres - FUNDAL  
 Francisca Pelli - FUNDAC  
 Daniel Aracagy - FUN MCPS-CHAVES  
 Eraldo Barros de C. Rêgo - UESPI  
 Rosa Sousa - Consultora Independente  
 Ivanilde Oliveira de Castro - SEDUC  
 Sumário de Inês de Castro - Agenda 2030/SEMPLAN  
 M<sup>te</sup> Zulene de Amorim Martins - SEPLAN  
 Maria das Graças Castro - FUNDAC

Plano de Desenvolvimento  
Econômico Sustentável - PDES



Traga suas ideias  
Participe!  
28 e 29 de novembro de 2011  
Tribunal de Contas do Estado  
Teresina, PI

Lista de Presença: Educação - Cultura - Turismo

- Edson Inácio Correia - SETUR/PI
- Matias Augusto do O Matos - UFF - Secretaria - Secretaria
- Emílio Pélle - FUNDAC
- Lis Andrade Melo - SEPLAN
- Paula Cabreila Amaral - Seplan
- Francisco Williams de Almeida Gonçalves - UFPI
- Antonio Batista de Araújo - FAMEPI
- Berquilha de Jesus Rocha Vilanova Moreira - Prefeitura Uruçui
- Jose Manuel M. R. S. Moedas - Fundação e o PPO

Lista de Presença: Agronegócio – Mineração – Energias Renováveis e Gás

FRANCISCO DE SALES B ANDRESEN	AD.PA/FAEPI/ARRO	SALES.NEW@hotmail.com
Wiviana Sebral Silva	UFPI	wiviana.s18@hotmail.com
Jobina Maria da Costa Boima	UFPI	jobinamaria15@gmail.com
Guilherme Augusto Soares Mendes	INSOLO	guilherme.mendes@insolo.com.br
ALEJO LERZUNDI	MVSA	lerzunzi.alejo@gmail.com
Pedro Soares da Silva	IBGE	pedro.silva@ibge.gov.br
Francisco Mendes	CONAA	francisco.mendes@conaa.com.br
Licínio Ferreira e Silva	BNB	Liciniofs@bmb.gov.br
José Victor dos Anjos	SEDET	jos.victor@seidet.gov.br
Paulo Eduardo do N. Silva	SEMAR-PHB	ACROPECSCA@VAPAC.COM
Manoel Victor Gomes Figueiredo	Diagonal	mvictor.figueiredo@gmail.com
Antonio Soares, Antonio Soares	STRA PIAUIPIRI	sttra.de.piaui@piui.com.br
Paulo Roberto Rebelo Lopes	SEMINTER	prrlbges@gmail.com
Marcio Alex Silva Melo	SEMINTER	marciomdo.eng@gmail.com
José Márcio Moura	ADAPI	DT02ADAPI@ca.gov.br
Jessica Karoline Cardoso	UFPI	jessica-karoline@hotmail.com
Marcos Augusto MATOS	PRESENTUM - THE	marcos.matos@bol.com.br
RILVANO ULISSES FILHO	PEREPIUM - THE	ULISSEFILHO@BOI.COM.BR
SERGIO BORTOLOTO	FAEPI-	SERGI@LAMEL.COM.BR
MARIA EGÍDIA SOARES ANDRADE	SEPLAN	maria.egidiaebol.com
Gustavo Sousa Castel Branco	UFPI	xtaviv@hotmail.com
Rodrigo Sousa Oliveira	ESMG	rodrigoso@live.com
Alyne Maria da Graça Clivie	IPPI	alyne.maria@ippi.com.br
Francisco de Cruz Cordeiro Araújo	SEMAR	ludomit@hotmail.com
Paulo Roberto	DMT/COMUNICAÇÃO	

Plano de Desenvolvimento  
Econômico Sustentável - PDES



Traga suas ideias  
Participe!

28 e 29 de novembro de 20  
Tribunal de Contas do Estado  
Teresina, PI

Lista de Presença: Agronegócio – Mineração – Energias Renováveis e Gás

Leonardo dos Reis Melo	UFPI	leonardo10@hotmail.com
Laura Valéria Aquino de S	UFPI	LVASECONOMIA@GMAIL.COM
CEZAR FORTY	SEPTU	-
Feltonete Almeida Monte	SEPTU	feltonetealmeida@gmail.com
Maykon Daviel Gonçalves Silva	UFPI	maykondaviel@gmail.com
Carla Beltriana Mendes da Rocha	UFPI	carlabeltriana.mendes@ig.com.br
Jão Paulo Farias Fendon	UFPI	JPAULOFARIAS@HOTMAIL.COM
Valéria Silva	UFPI	valeriasilva@uol.com.br
Almeida da Silva Lúcia	UFPI	almeida.lucia@gmail.com
Gilson de Castro Moura	PMUSA	gcmmozarte@yahoo.com
Juliana K. Reis de Sousa	UFPI	julianakreiss.economia@gmail.com
Jessica Maciel de Sousa	UFPI	j-m-s-jessica@hotmail.com
Marcos Aparecido de Araújo Coord. Conto	UFPI	marcos_milonez@hotmail.com
Antônio de Padua F. Ramos	Diagonal	padua.ramos@hotmail.com
<b>ROGERIO MOREJO</b>	<b>MCB</b>	<b>ROGERIO.MOREJO@GOLNET</b>
Vladimir Maciel	Diagonal	vfmowel@outlook.com
Alencar de Castro Silva	UFPI	alencardecastro@hotmail.com
SERGIO BORTOLOZZO	FAEPI-	sergio@uol.com.br
ALEJO LERZUNDI	MUSA	lerzundi.alejo@gmail.com
RAFAEL MASCHIO	APROSOJA-PI	rafaelmaschio@hotmail.com
Amuly Graeme L	USP/Diagonal	agremul@usp.br
MARCOS WIGI TEIXEIRA	EMBRAPA	MARCOS.TEIXEIRA@EMBRAPA.BR
ZULIANE I. TONETTO JR	USP	ntonetto@usp.br
Thamyres Lima e Silva	UFPI	thamyres22@hotmail.com
Raimunda Beatriz Barbosa Miranda	SEDET	raimunda@hotmai.com



Plano de Desenvolvimento  
Econômico Sustentável - PDES



Traga suas ideias.  
Participe!

Dia 20?

**Lista de Presença: Infraestrutura Logística**

Erasmus de Sales B. Archer	APIPA/FAEPi/MDRRP	SALES.NEW@hotmail.com
Fernanda Almeida Morita	SEPLAN	fernandamorita@gmail.com
ARZÃO CRUZ MENDES	PREF. BENEDITINO	Arzão Cruz Mendes
Peterson Queiroz	IFPI	peterson.queiroz@gmail.com
Francisco Williams de A.S. Gomes	UFPI	williamsfrancisco@gmail.com
MAÍCO S. LOPES FERREIRA	EMBRAPA MAPA	maico@mapa.gov.br
David Barros	VERDE	DavidBarros@rednet.gov.br
João Emílio Lima Pinheiro	PIAT/SEPLAN	JOAOEMILIO.LP@GMAIL.COM
Jerbas Luís dos Santos Lima	Ag. Fomento	Jerbaslima33@hotmail.com
Paulo Dourado	SEPLAN/Mapa	paulodourado@hotmail.com
ANTONIO CARLOS	Prefeitura São Félix	carli.chohug@hotmail.com
Carlos Adriaens Meneses da Rocha	UPPE	carlosdourado.ribeiro@gmail.com
João Paulo Farias Fenebon	UFPI	JPAULOFARIAS@HOTMAIL.COM
ALEXANDRE BERTAGLI	DIAGONAL	ALEXANDRE.BERTAGLI@diagonal.com
João Guilherme Schutze	Diagonal	guilherme.schutze@diagonal.net
Manuel Victor G. Figueiredo	Diagonal	m.victor.figueiredo@gmail.com
RyUDINEI, Tomaz	FEA-RPUSP	rtomaz@fea.usp.br
<i>[Handwritten signature and notes]</i>		

## Lista de Presença: Infraestrutura Logística

Janara Silva Evangelista

Évilly Caroline Dias Bezerra

Cristiano Robinson de Melo DESPI

Jenny Mary de Fátima Gomes

Ysaura de Fátima Moura

~~Edna Helena Lino~~

Cristiano Romano de Fátima

Umariles das Graças Santana de Sousa

José Luis Lopes Araújo - UFPI

Rafael Soares da Silva - IBGE

ELIAS ALVES BARBOSA - FUNDAÇÃO CEPRO

Licínio Ferreira e Silva - BNB

Mara do Rosário Freire da Fontana Sobral - SEDUC / Gerência de Gestão Média

Mara Graciele P. Barbosa - SEDUC / Gerência de Gestão Média

Eliane P. Sampaio Fernandes - SEPLAN - Superintendência

Zeni Ailton de Paula Lual SEDET

Telúria Afedeiros Silva / SEDUC - TERESINA.

JOSÉ MARCEL MONTEIRO ROSA S. MOURAS - FUND. CEPRO

**Lista de Presença: Infraestrutura Logística**

Ivanaldo Ribeiro de Moura - IFPI.
Maria Aparecida Milenez Cavalcante - UFPI
ROGERIO CARDOSO - CODEVASF
Keusilene Barbosa Botelho - CODEVASF
Jerônimo da Rocha Santana - FUNDAE
Francisco do Cruz Conselho Araújo - SEMAN
Adão Augusto da Cunha Freire
Ronald Frazão - UFMA
Pedro Farias de Lima
Leonilde Oliveira de Castro - SEDUC
Antonio Batista de Araújo - FAMOPI
Maria Ozem Batista de Sousa
Jenayra Daniel N. Régis - SEPLAN
Celia Helena Araújo - SEPCAN
Waldiney F. Viana - SEPLAN/PI
Leonardo dos Reis Melo - IFPI
Laura Valéria Aquino de Sá
Caetano Lourenço de Sousa Neto



